

Inserção internacional do Rio Grande do Sul: vantagens comparativas reveladas e comércio intraindústria[#]

Adayr da Silva Ilha^{*}
Juliana Pavan Dornelles^{}**
Rubia Cristina Wegner^{*}**

Rio Grande do Sul international trade: The revealed comparative advantages and industrial flow trade

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a especialização e o padrão do fluxo de comércio exterior da indústria gaúcha. Para identificar os produtos detentores de vantagem comparativa, foram utilizados o índice de vantagem comparativa revelada de Balassa (1965) e o índice simétrico de vantagem comparativa revelada. A indústria gaúcha apresentou vantagem comparativa revelada até o ano 2000 e decresceu a partir desse ano. A abordagem do comércio intraindústria foi adotada para determinar o padrão do fluxo industrial de comércio exterior do Rio Grande do Sul. Este alcançou padrão intraindustrial, de 1996 a 2006, revelou grau considerável de diferenciação de produto e demonstrou a existência de economias de escala.

Palavras-chave: indústria gaúcha, vantagem comparativa, comércio intraindústria.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the specialization and the standard of the 'gaúcha' industry foreign trade flow. To identify the products of comparative advantage holders the index of revealed comparative advantage of Balassa and the symmetrical index of revealed comparative advantage were used. The 'gaúcha' industry presented revealed comparative advantage until year 2000, decreasing from then. The approach of intra-industry trade was adopted to determine the

Recebido em 08.01.2009. Aceito em 20.01.2009.

[#] Amparado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e pelo programa FIPE - Sênior da Universidade Federal de Santa Maria.

^{*} Doutor em Economia Aplicada (UFV). Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria. Rua Três, 95, Alto da Colina, Bairro Camobi, 97.110-640, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: adayrsmail@gmail.com.

^{**} Ex-bolsista de iniciação científica FAPERGS (2007) e mestranda do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 680, apto. 16, Bairro Pantanal, 88040-001, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: julianadornelles@yahoo.com.br.

^{***} Ex-bolsista FIPE-UFSM (2006) e mestranda do programa de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Estrada da Rhodia, 5555, Sobrado 65, Condomínio Ibirapuera, Vila Holândia, Campinas, SP, Brasil. E-mail: rubiawegner@hotmail.com.

pattern of industrial flow of Rio Grande do Sul foreign trade. It reached a standard intra-industry from 1996 to 2006, showing considerable degree of product differentiation and economies of scale.

Key words: 'gaúcha' industry, comparative advantage, intra-industry trade.

JEL Classification: F10, F12.

1 Introdução

A opção brasileira pela estabilização de preços, nos anos 1990, ocorreu com base na abertura cambial e na valorização cambial, as quais determinaram maior produtividade à indústria nacional, ao forçá-la a empreender estratégias de inserção competitiva. Assim, as privatizações e o investimento externo direto constituíram-se sinônimos de eficiência, e a liberalização cambial atraiu a poupança externa, para completar o investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente (Coutinho e Belluzzo, 1996).

A concorrência tornou-se o instrumento fundamental desse novo modelo de crescimento. A justificativa disso embasa-se na hipótese de que essa concorrência induz à rápida modernização da estrutura produtiva nacional, à maior participação de produtos intensivos em tecnologia na pauta de exportações, à redução da verticalização, todas estas coadunadas com a estrutura das vantagens comparativas da economia brasileira (Azevedo, 2005).

Dessa forma, as consequências principais dessa reestruturação produtiva (Carneiro, 2002) podem ser assim sistematizadas: (i) redução das relações intersetoriais da economia brasileira (as articulações entre os diversos ramos produtivos foram reduzidas); (ii) a não correspondência entre a ampliação do mercado externo e o declínio da importância do mercado interno; (iii) o fato de os setores que mais se valem de capital e de tecnologia incorrerem em perda de densidade das cadeias produtivas; (iv) perda de elos das cadeias produtivas nos setores industriais dinâmicos fundados no uso mais intenso de capital e tecnologia.

Sob outra perspectiva, os setores intensivos em recursos naturais e trabalho mantiveram-se mais diversificados e ampliaram sua inserção externa, contrariamente aos setores intensivos

em tecnologia e capital (Belluzzo, 2002). Portanto, a economia brasileira se especializara regressivamente, isto é, setores intensivos em recursos naturais e trabalho adquiriram maior relevância na pauta exportadora, enquanto ocorria a redução da importância dos intensivos em capital e tecnologia.

Esses resultados podem ser entendidos com base na hipótese da inserção regressiva (Gonçalves, 2001). Em outras palavras, houve a perda considerável de competitividade internacional da indústria brasileira, ao mesmo tempo em que a pauta exportadora se reprimarizou¹. No caso do Rio Grande do Sul (RS), a indústria apresentou taxa de crescimento superior à nacional, especialmente a indústria mecânica e nos anos de melhor desempenho da agricultura.

Os mercados livres e competitivos que justificaram a abertura dos mercados internos nacionais impõem aos países subdesenvolvidos um padrão de concorrência industrial que exige grandes empresas como impulsionadoras. Assim, países com menores níveis de desenvolvimento permitiram que empresas globais dos países desenvolvidos adentrassem em seus mercados, sob a justificativa de que pavimentariam o caminho para as empresas nacionais lograrem potencial de inserção competitiva no mercado internacional (Kregel, 1996). Vale considerar que essa vinda das empresas transnacionais em economias subdesenvolvidas se limitou, generalizadamente, à compra de empresas nacionais, de igual forma, não se somou ao patrimônio existente, tampouco complementou e diversificou a estrutura produtiva (Benetti, 2004).

Portanto, o impulso parece estar amparado nas grandes empresas transnacionais e não, necessariamente, no fortalecimento da estrutura produtiva nacional; a competitividade ocorre por um ajuste, favorável ou não às empresas nacionais, de concorrências. Os países desenvolvidos ainda detêm a capacidade inovadora. O espaço considerável das transnacionais nos fluxos de comércio internacional, aliado à constatação do comércio intrassetorial entre economias de mesmo nível de desenvolvimento nos anos 1960, tornaram discutível a explicação dos fluxos comerciais unicamente pela teoria das vantagens comparativas. Dessa forma, fenômenos ligados à demanda (Linder, 1978) são importantes para explicar semelhante padrão de trocas e levam à corrosão dos preceitos teóricos fatoriais do comércio internacional.

As novas compreensões teóricas do comércio internacional, nesse contexto, partem da noção da estrutura de mercado sob concorrência imperfeita, o que se ramifica em duas linhas: (i) concorrência oligopolística e as trocas de produtos idênticos e (ii) concorrência monopolística e o comércio internacional de produtos diferenciados. Para a primeira (i), o comércio intrassetorial significa integração e ampliação de mercados (economias de escala) e, para a segunda (ii), esse comércio considera os bens similares e não idênticos cuja variedade estimula os consumidores. Em síntese: concorrência monopolística e economias de escala se referem ao comércio intrassetorial; vantagens comparativas, ao intersetorial.

Portanto, o padrão de comércio intraindustrial reflete uma pauta exportadora que, por sua vez, advém de uma estrutura produtiva dinamizada em progresso tecnológico e em economias de escala (ampliação de mercados). Já a configuração interindustrial reflete o ordenamento entre os setores produtivos, baseado no uso da dotação de fatores e sob concorrência perfeita. Esse arranjo explicativo das trocas comerciais pode indicar se determinado participante do comércio internacional logrou ganhos de competitividade ou não. Ressalta-se que, em meio à profusão de conceitos² que foram dados a esse termo, entende-se, neste trabalho, diante dos alcances e das limitações dos índices utilizados, que alcançar competitividade internacional significa atingir os maiores níveis de vantagem comparativa revelada e o padrão de inserção intraindustrial.

Em outras palavras, objetiva-se mostrar que a forma abruptamente liberalizada, pela qual a economia brasileira se inseriu nos mercados internacionais, determinou um modelo competitivo calcado em vantagens comparativas que reflete mero ordenamento de dotação de fatores. Isso significa que esse modelo se permitiu construir uma pauta exportadora competitiva resultante de setores industriais dinamizados por novas tecnologias, especialmente.

A perspectiva dessa aferição ocorre no Rio Grande do Sul, que apresenta uma produção bastante diversificada, como a de produtos primários agrícolas. Isso também se exemplifica pelos semimanufaturados minerais e pelos produtos manufaturados intensivos em economia de escala. Além disso, a agricultura e a indústria interrelacionam-se consideravelmente, ou seja, a reestruturação produtiva, que supostamente reforçou a participação comercial de setores

intensivos em trabalho e em matérias-primas, pode ter se desdobrado de outra forma nessa unidade federativa. O Rio Grande do Sul, pelo fato de ser um dos principais estados exportadores brasileiros, diante do plano de estabilização brasileiro baseado na valorização cambial, por meio da âncora cambial, sofreu prejuízos nas atividades de exportação. Ressalta-se que os efeitos das decisões desse plano não só influenciaram a economia gaúcha, mas também todo o quadro econômico brasileiro.

Ainda importa evidenciar que o nivelamento de inserção e de especialização comercial pode representar fundamentos relevantes para compreender os desafios e os limites da indústria gaúcha frente aos mercados internacionais. Sinalizar a forma como a indústria estadual foi incorporada a esse modelo de competitividade, com base na liberalização cambial e comercial, pode ser possível mediante o uso dos índices de vantagem comparativa revelada e de comércio intraindústria. Dadas essas premissas, este artigo segue estruturado em três seções. A Seção 2, em seguimento a esta introdução, apresenta a metodologia e a fonte dos dados. Na Seção 3, com suas subseções, apresentam-se os resultados e a discussão. Finalmente, na Seção 4, delineiam-se as conclusões.

2 Metodologia

2.1 Vantagens comparativas reveladas

Neste estudo, utiliza-se o índice denominado de vantagem comparativa revelada. Neste índice, a vantagem comparativa é considerada revelada porque sua quantificação baseia-se em dados *ex-post*, ou seja, pós-comércio (Ponciano *in* Figueiredo e Santos, 2005). Ressalta-se que a análise por vantagens comparativas reveladas apresenta certas limitações devido às distorções que ocorrem no mercado internacional. Tais limitações são: (i) protecionismo, (ii) tarifas sobre importação, (iii) subsídios às exportações, (iv) poder de mercado, e outras que, em conjunto, podem afetar os resultados do índice. A ausência de protecionismo e de barreiras comerciais são limitações do índice oriundas do embasamento teórico (teoria clássica de concorrência perfeita), e esta noção de vantagem comparativa não conseguiu superá-las (Fontes *in* Figueiredo e Santos, 2005).

Além disso, abarcar a análise das importações não resolve as limitações do índice, por não ser suficiente para se sobrepor às distorções provocadas por ações protecionistas e aos efeitos das diferenças na demanda em cada país (Vasconcelos, 2003). O índice de vantagem comparativa utilizado baseia-se em Balassa (1965). Este índice calcula a participação das exportações de um dado produto de uma economia em relação às exportações de uma zona de referência desse mesmo produto; após, compara esse quociente com a participação das exportações totais dessa economia em relação às exportações totais da zona de referência.

Portanto, o índice de VCR, para uma região, estado ou país j , em setores econômicos i , pode ser definido da seguinte forma:

$$VCR_{ij} = \frac{X_{ij}/X_{iz}}{X_j/X_z} \quad (1)$$

No presente estudo, j representa o estado do Rio Grande do Sul, e z é a zona de referência, no caso, o Brasil. Portanto, X_{ij} é o valor das exportações do produto i do Rio Grande do Sul, e X_{iz} é o valor das exportações brasileiras do produto i do país ou zona de referência. O termo X_j representa o valor total das exportações do estado, e X_z é o valor total das exportações do país. Se o índice de $VCR_{ij} > 1$, então a região j possui vantagem comparativa revelada no produto i , e, se o índice $VCR_{ij} < 1$, a região apresenta desvantagem comparativa revelada no produto i .

Outra limitação do índice de vantagem comparativa revelada diz respeito às dimensões assimétricas que possui a desvantagem comparativa, variando entre 0 e 1, e a vantagem comparativa, que varia entre 1 e infinito. Para superar essa limitação, Laursen (1998) propôs o índice de vantagem comparativa revelada simétrica:

$$VCS_{ij} = \frac{VCR_{ij} - 1}{VCR_{ij} + 1} \quad (2)$$

Os valores desse índice variam entre -1 e +1. Se o valor do VCS_{ij} se encontrar entre +1 e 0, então a região possui vantagem comparativa revelada no produto i . Para valores do VCS_{ij} entre -1 e 0, a região apresenta desvantagem comparativa revelada no produto i .

2.2 Índice de comércio intraindústria

O comércio intraindústria ocorre, se um país, simultaneamente, importa e exporta tipos similares de bens e serviços. Esse comércio pode basear-se na hipótese de diferenciação do produto, que pode ser horizontal – relacionada à característica de uso desse produto – e vertical – atribuída à qualidade dos insumos, supondo economias de escala e concorrência imperfeita. Outras explicações para ocorrência do comércio intraindústria são as próprias características dos países, como a igualdade de renda, o nível de desenvolvimento econômico, o tamanho da economia e o nível de tarifas (Balassa, 1986; Bergstrand *in* Vasconcelos, 2003). Além disso, o comércio interindústria ocorre sob os postulados de Heckscher-Ohlin³, devido à existência de dotação de fatores, ou seja, devido ao fato da restrição do conceito de vantagens comparativas.

Um indicador que permite classificar o comércio exterior em interindustrial ou intraindustrial é o índice de comércio intraindústria (CIIA), desenvolvido por Grubbel e Lloyd (1975) que é aplicado por produto e/ou por indústria e pode ser, em termos agregados, representado da seguinte forma:

$$CIIA = 1 - \frac{\sum_i |X_i - M_i|}{\sum_i (X_i + M_i)} \quad (3)$$

Nessa fórmula, X_i representa as exportações do produto i , e M_i representa as importações do produto pelo Rio Grande do Sul. O valor numérico desse índice encontra-se no intervalo [0,1]. Quando o CIIA for igual a zero, ocorre o comércio interindústria, aquele que segue os postulados do teorema de Heckscher-Ohlin. Contrariamente, se for igual a um todo, o comércio é intraindústria.

Analogamente, o índice de comércio intraindústria (CIIA), em nível de cada indústria ou produto i , é representado por:

$$CIIA_i = 1 - \frac{|X_i - M_i|}{(X_i + M_i)} \quad (4)$$

Esse índice está contido no intervalo $[0,1]$. Quando todo o comércio for explicado pelo comércio interindústria, o índice é zero e, neste caso, ou as exportações ou as importações de cada bem i serão iguais a zero. Em sentido oposto, quando todo o comércio for intraindústria⁴, o índice será igual a um, e o valor das exportações é igual ao valor das importações de cada bem i .

2.3 Fontes dos dados e definição das variáveis

A fonte de dados utilizada é a disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio do sistema AliceWeb (Análise das Informações de Comércio Exterior via internet). O período de análise compreende os anos de 1996 a 2006, e se utiliza a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Calcula-se o nível de agregação por seção e por capítulos⁵ da NCM. Para isso, são considerados produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) da seção IV a XVII, exceto as seções, XIII e XIV (Vasconcelos, 2003).

3 Discussão dos resultados

O índice que qualifica os fluxos de comércio indica se nas trocas comerciais os setores produtivos do estado refletem uma estrutura produtiva dinamizada. Este foi utilizado para construir evidências com vistas à comprovação (ou não) da hipótese principal deste estudo, de que a estratégia de inserção nos mercados internacionais reforçou a competitividade de setores pavimentados em matérias-primas e/ou trabalho intensivos (subseção 1).

3.1 Perfil da especialização da pauta de exportações da indústria gaúcha: índices de vantagem comparativa revelada

A vantagem comparativa revelada se imbuí da noção de competitividade como ordenamento dos setores exportadores correspondentemente ao uso fatorial desses. Se a teoria tradicional prescreve especialização produtiva sobre a dotação fatorial de determinada unidade geográfica (país, região) como forma de obter maiores ganhos comerciais, a vantagem comparativa revelada mostra que não há uma única alocação fatorial possível.

Procede-se à investigação dos setores que possuem componentes da pauta exportadora do RS, como primeira aproximação da inferência da competitividade industrial gaúcha. Os capítulos com maior participação no total exportado pelo RS, em todo o período estudado, foram: 23 (Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares); 29 (Produtos químicos orgânicos); 39 (Plásticos e suas obras); 40 (Borracha e suas obras); 41 (Pele, exceto a peleteria – peles com pelo – e couros); 47 (Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas etc.); 85 (Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes); 87 (Veículos, automóveis, tratores, suas partes/acessórios) e os seguintes capítulos com participação mais expressiva, 24 (Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados); 64 (Calçados etc.) e 84 (Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos).

A partir do quadro da pauta exportadora gaúcha, por um lado, relativiza-se a constatação de Veiga *et al.* (2000) de que os setores intensivos em recursos naturais e/ou mão de obra têm reduzido suas participações na pauta exportadora do estado, em detrimento de outros como veículos, eletrônicos e mecânica. Por outro, esses autores advertem para certa inadaptação da pauta exportadora gaúcha às tendências da economia mundial, durante os anos 1990.

Com esse diagnóstico dos principais participantes da exportação gaúcha no período estudado, parte-se para a mensuração da competitividade da indústria em termos de vantagem comparativa revelada. As seções que apresentaram vantagem comparativa revelada (VCR) foram, como demonstra a Tabela 1: produtos alimentares, bebidas, fumo (seção IV), a partir de 1998;

produtos da indústria química (seção VI), em todo o período; peles, couros e peleteria (seção VIII), a partir de 1999; calçados, chapéus etc.

Na seção IV (produtos alimentares, bebidas e fumo), dá-se destaque para os capítulos 23 e 24. Nesses capítulos (Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares etc.; Fumo e seus sucedâneos manufaturados) foram competitivos durante todo o período. Ressalva-se que o índice, para o capítulo 24, apresentou-se crescente, além de mostrar valores consideravelmente altos. Na seção produtos da indústria química (seção VI), o capítulo 29 (Produtos químicos orgânicos) auferiu vantagem comparativa revelada, de 1999 a 2006.

Na seção Plásticos, borracha e suas obras (seção VII), os capítulos 39 e 40 (Plástico e suas obras; borracha e suas obras, respectivamente) apresentaram VCR durante todo o período analisado, ambos com índices crescentes. Também o capítulo 41, (Peles e couros) da seção VIII (Peles, couro, peleteria), apresentou ganho de vantagens comparativas (Tabela 2).

Tabela 1: Índice desagregado de vantagem comparativa revelada por seção para o Rio Grande do Sul, de 1996 a 2006.

Table 1: Disaggregated revealed comparative advantage index by section to Rio Grande do Sul, from 1996 to 2006.

Seções da NCM	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IV - Prod. alimentos, bebidas, fumo	1,54	1,69	1,55	1,60	1,60	1,51	1,62	1,51	1,65	1,72	1,33
V – Produtos minerais	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02	0,04	0,10	0,14
VI – Prod ind. quim e conexas	0,64	0,73	0,73	0,82	1,09	0,83	0,88	0,82	0,93	1,10	0,97
VII – Plástico, borracha e suas obras	1,43	1,67	1,79	2,10	2,47	2,04	2,01	2,26	2,30	2,94	2,85
VIII – Peles, couro e peleteria	3,09	3,33	3,70	4,16	3,64	3,25	3,45	3,30	3,29	3,52	3,26
IX – Madeira, cortiça e suas obras	0,47	0,40	0,55	0,47	0,52	0,52	0,59	0,53	0,47	0,55	0,60
X – Pasta de madeira, papel	0,44	0,43	0,43	0,55	0,60	0,45	0,52	0,40	0,49	0,52	0,49
XI – Materiais têxteis e suas obras	0,39	0,41	0,44	0,44	0,50	0,39	0,39	0,40	0,45	0,51	0,72
XII – Calçados, chapéus etc	7,23	7,22	7,60	7,95	7,78	7,32	7,45	6,65	6,78	7,76	7,80
XV – Metais comuns e suas obras	0,25	0,26	0,29	0,29	0,27	0,30	0,23	0,21	0,22	0,23	0,22
XVI – Maq. e aparelhos, mat. elétrico	0,68	0,70	0,70	0,58	0,60	0,59	0,68	0,75	0,81	0,74	0,66
XVII – Material de transporte	0,43	0,36	0,41	0,33	0,31	0,35	0,48	0,59	0,61	0,77	0,69
Indústria	1,04	1,04	1,00	1,03	1,00	0,95	0,98	0,92	0,93	0,98	0,88

Fonte: Sistema AliceWeb/SECEX. (Brasil, s.d.). Elaborado pelos autores deste artigo.

Tabela 2: Índice desagregado de vantagem comparativa revelada por seção e por capítulos, para o Rio Grande do Sul, 1996 a 2006.

Table 2: Disaggregated revealed comparative advantage index by section and chapter to Rio Grande do Sul, from 1996 to 2006.

	Capítulo/Descrição	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	1,78	1,77	1,81	1,60	1,16	1,33	1,40	1,22	1,18	1,12	1,57
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	5,14	5,17	5,18	8,03	8,18	8,01	8,33	8,07	8,58	9,66	8,33
29	Produtos químicos orgânicos	0,77	0,82	0,74	1,18	1,80	1,12	1,13	1,24	1,54	2,14	1,99
32	Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados etc.	1,44	1,24	1,18	1,42	1,22	1,19	1,49	1,22	1,32	1,54	1,61
39	Plástico e suas obras	1,78	2,27	2,52	3,09	3,50	2,67	2,52	2,89	2,89	3,75	3,61
40	Borracha e suas obras	1,08	1,03	1,06	1,17	1,20	1,30	1,46	1,49	1,49	1,76	1,63
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo) e couros	2,98	3,20	3,49	3,88	3,40	3,07	3,25	3,17	3,16	3,43	3,15
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	7,25	7,24	7,62	7,96	7,79	7,33	7,46	6,67	6,79	7,77	7,82
87	Veículos automóveis, tratores suas partes/acessórios	0,52	0,44	0,53	0,51	0,55	0,64	0,78	0,79	0,95	1,02	0,89
	Indústria	1,04	1,04	1,00	1,03	1,00	0,95	0,98	0,92	0,93	0,98	0,88

Fonte: Sistema AliceWeb/SECEX (Brasil, s.d.). Elaborado pelos autores deste artigo.

Ressalta-se que, no período de 1995 a 1998, as exportações gaúchas foram relativamente dinâmicas em função do direcionamento dessas ao MERCOSUL (Bello, 2001). Para o estado, esse acordo regional foi relevante, ao oportunizar a dinamização das trocas comerciais de alguns setores.

O capítulo 64 (Calçados, polainas e artefatos de uso semelhantes e suas partes), da seção XII (Calçados, chapéus etc.), obteve índice estável e alto ao longo do período analisado. Quanto à seção XVII (Material de transporte), o capítulo 87 (Veículos automóveis, tratores suas partes/acessórios) obteve VCR apenas em 2005 (Tabela 2).

Xavier Sobrinho *et al.* (2005) afirmam que, entre 1990 e 2000, o setor secundário registrou o maior crescimento, com variação de 43,0%; o primário apresentou crescimento de 31,2%, já ao terciário, coube a menor variação, 25,0%. Portanto, apenas o setor secundário obteve, nesse período, crescimento mais expressivo do que o evidenciado pelo VAB estadual, que foi de 33,7% (Xavier Sobrinho *et al.*, 2005). Nota-se que, entre os setores primário e secundário, não houve discrepância considerável quanto ao crescimento.

Tabela 3: Índice desagregado simétrico de vantagem comparativa revelada por seção para o Rio Grande do Sul, de 1996 a 2006.

Table 3: Disaggregated revealed symmetric comparative advantage index by section to Rio Grande do Sul, from 1996 to 2006.

Seções da NCM	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IV - Prod. alimentos, bebidas, fumo	0,21	0,26	0,21	0,37	0,23	0,20	0,24	0,20	0,24	0,26	0,14
V – Produtos minerais	-0,99	-0,99	-0,99	-59,35	-0,97	-0,97	-0,95	-0,97	-0,92	-0,82	-0,75
VI – Prod ind. quím e convexas	-0,22	-0,16	-0,16	-0,21	0,04	-0,09	-0,07	-0,10	-0,04	0,05	-0,02
VII – Plástico, borracha e suas obras	0,18	0,25	0,28	0,52	0,42	0,34	0,34	0,39	0,39	0,49	0,48
VIII – Peles couro e peleteria	0,51	0,54	0,57	0,76	0,57	0,53	0,55	0,54	0,53	0,56	0,53
IX – Madeira, cortiça e suas obras	-0,36	-0,42	-0,29	-1,12	-0,32	-0,31	-0,25	-0,31	-0,36	-0,29	-0,25
X – Pasta de madeira, papel	-0,39	-0,40	-0,40	-0,83	-0,25	-0,38	-0,32	-0,43	-0,34	-0,32	-0,35
XI – Materiais têxteis e suas obras	-0,44	-0,42	-0,39	-1,27	-0,33	-0,44	-0,44	-0,43	-0,38	-0,33	-0,16
XII – Calçados, chapéus etc	0,76	0,76	0,77	0,87	0,77	0,76	0,76	0,74	0,74	0,77	0,77
XV – Metais comuns e suas obras	-0,60	-0,59	-0,55	-2,42	-0,57	-0,54	-0,63	-0,66	-0,64	-0,62	-0,63
XVI – Maq. e aparelhos, mat. elétrico	-0,19	-0,17	-0,18	-0,73	-0,25	-0,25	-0,19	-0,15	-0,11	-0,15	-0,20
XVII – Material de transporte	-0,40	-0,47	-0,41	-2,00	-0,53	-0,48	-0,35	-0,26	-0,24	-0,13	-0,19
Indústria	0,02	0,02	0,00	0,01	0,00	-0,02	-0,01	-0,04	-0,04	-0,01	-0,07

Fonte: Sistema AliceWeb/SECEX (Brasil, s.d.). Elaborado pelos autores deste artigo.

O índice simétrico de vantagem comparativa corroborou o nível de inserção nos mercados internacionais apontado pelo índice de vantagem comparativa revelada, quanto à desvantagem comparativa revelada, em especial. Isso se mostra na Tabela 3. Portanto, por ambas as abordagens, a saber, o índice de vantagem comparativa revelada de Balassa e o índice de vantagem comparativa revelada simétrica, a indústria gaúcha demonstrou vantagem comparativa, em relação aos demais estados do Brasil, nas seções VI (Produtos alimentares, bebidas e fumo), VII (Plástico, borracha e suas obras) e XII (Calçados, chapéus etc.) durante todo o período indicado, dentre as seções analisadas.

Tabela 4: Índice simétrico de vantagem comparativa revelada, desagregado por capítulos e por seção, para o Rio Grande do Sul, de 1996 a 2006.

Table 4: Disaggregated revealed symmetric comparative advantage index by section and chapter to Rio Grande do Sul, from 1996 to 2006.

	Capítulo/Descrição	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	0,28	0,28	0,29	0,23	0,07	0,14	0,17	0,10	0,08	0,06	0,22
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	0,67	0,68	0,68	0,78	0,78	0,78	0,79	0,78	0,79	0,81	0,79
29	Produtos químicos orgânicos	-0,13	-0,10	-0,15	0,08	0,29	0,06	0,06	0,11	0,21	0,36	0,33
32	Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados etc.	0,18	0,11	0,08	0,17	0,10	0,09	0,20	0,10	0,14	0,21	0,23
39	Plástico e suas obras	0,28	0,39	0,43	0,51	0,56	0,45	0,43	0,49	0,49	0,58	0,57
40	Borracha e suas obras	0,04	0,02	0,03	0,08	0,09	0,13	0,19	0,20	0,20	0,27	0,24
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo) e couros	0,50	0,52	0,55	0,59	0,55	0,51	0,53	0,52	0,52	0,55	0,52
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	0,76	0,76	0,77	0,78	0,77	0,76	0,76	0,74	0,74	0,77	0,77
87	Veículos automóveis, tratores suas partes/acessórios	-0,32	-0,39	-0,30	-0,99	-0,29	-0,22	-0,12	-0,12	-0,03	0,01	-0,06
	Indústria	0,02	0,02	0,00	0,01	0,00	-0,02	-0,01	-0,04	-0,04	-0,01	-0,07

Fonte: Sistema AliceWeb/SECEX (Brasil, s.d.).

Níveis deprimidos de produção industrial marcaram a indústria gaúcha de 1997 a 1999, entretanto, o ano de 1999 foi marcado pela expansão da produção industrial do RS em 0,9% (Calandro e Campos, 2004a). Esses resultados foram constatados, apesar da conjuntura nacional desfavorável para incrementos produtivos: crise na Balança de Pagamentos devido à desvalorização cambial, taxas de juro elevadas e política fiscal contracionista. O motivo para tal desempenho, dissonante do nacional, está nas peculiaridades da indústria do RS: (i) estreita vinculação à agropecuária, (ii) direcionamento da produção industrial para o mercado externo, além da (iii) pauta de exportações com setores dependentes de políticas setoriais governamentais.

Os gêneros que mais contribuíram para esse crescimento industrial foram: metalúrgica, papel e papelão, têxtil, química, perfumaria, sabões e vela, borracha, bebida e fumo. Ao passo que os gêneros com taxas negativas de crescimento foram: minerais não metálicos, mecânica, material de transporte, mobiliário, couros e peles, vestuário, calçados, artefatos de tecidos e produtos alimentares.

Os gêneros com bom desempenho, de um modo geral, alcançaram tais níveis em função de políticas nacionais ou do mercado interno, enquanto os que se situaram em lado oposto encontram explicações no mercado externo ou nas suas próprias especificidades. Mecânica, por

exemplo, sofreu com o mau desempenho da agricultura – restrição ao crédito, queda da cotação de *commodities* internacionais, queda nas exportações para o MERCOSUL, endividamento do setor agrícola e aumento do preço de fertilizantes; o mobiliário mostrou fraco desempenho em decorrência da oferta abundante, do elevado custo de mão de obra e de matéria-prima, e por consequência da distância geográfica dos principais centros. Mas os ramos que padeceram, de fato, com a âncora cambial como instrumento de inserção externa, foram os de transporte, de calçados, de artefatos, de tecidos e de produtos alimentares (Castilhos e Passos, 1998).

Ressalta-se que o coeficiente de abertura econômica do Rio Grande do Sul é maior que o do Brasil. Assim, o câmbio favorável às importações repercutiu negativamente sobre alguns gêneros, como têxtil e calçados (Moreira e Rückert, 1996). A partir de 1998, essa situação começa a mudar devido tanto à desvalorização cambial, quanto ao aporte de recursos públicos para esses setores (Castilhos e Passos, 1998).

Em 2003, a produção fabril gaúcha, embora reduzida em comparação com os anos anteriores, apresentou indicadores que evidenciaram superioridade em relação à média nacional, o que se deve, principalmente, aos encadeamentos com a agropecuária. Enfatiza-se que a agroindústria e os setores voltados para o mercado externo são representativos na matriz industrial do RS (Calandro e Campos, 2004b). Mecânica, química, fumo, material elétrico e de comunicações foram os responsáveis pelas taxas de dinamismo. As principais pressões negativas vieram dos gêneros vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, bebidas e madeira.

O bom desempenho exportador gaúcho, mesmo com a valorização cambial, se enquadra nas ações dos governos estaduais e federal, bem como nas da iniciativa privada, no sentido de incentivar a atividade exportadora por meio da diversificação da pauta e de mercados internacionais. Fatores externos contribuíram sobremaneira para o incremento das exportações do RS, a saber: a contundente alta nos preços internacionais de algumas importantes *commodities* da pauta gaúcha e o crescimento das economias da China e da Argentina – grandes parceiros do RS (Bello, 2003).

De um modo geral, a inserção competitiva dos produtos do Rio Grande do Sul nos mercados internacionais ocorre por meio de setores mão de obra e recursos naturais intensivos. A própria indústria, ao se interligar a montante e a jusante com a agricultura, possui competitividade relativamente dependente de fatores outros que independem de políticas especificamente industriais. Isso quer dizer que boas safras agrícolas e crédito agrícola, por exemplo, podem afetar o desempenho industrial. Se for tomado em conta que a concorrência resultante da abertura comercial leva a uma pauta exportadora composta de setores tecnológico e capital intensivos, esses resultados indicam que, no caso do RS, isso não ocorreu, salvo inflexões observadas em determinados anos e em alguns capítulos.

3.2 Padrão do fluxo de comércio industrial gaúcho: índice de comércio intraindústria

Para analisar o comércio intraindústria do Rio Grande do Sul com o resto do mundo, foram utilizados valores das exportações e importações discriminadas por origem e destino, obtidas junto ao Sistema AliceWeb do MDIC, durante o período de 1996 a 2006. Com as informações do fluxo de comércio, que estão disponibilizadas no nível de seções e capítulos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), foi possível calcular os índices de comércio intraindústria do Rio Grande do Sul em relação com o resto do mundo.

Na Tabela 5, encontram-se os resultados agregados por seção. As seções que apresentaram seus fluxos de comércio mais relevantemente explicados pelo padrão intraindustrial, índice superior a 50% ao longo dos anos, foram: VI (Produtos das indústrias químicas); VII (Plásticos e suas obras); XV (Metais Comuns) e XVII (Material de transporte). Já as seções com inflexões anuais nesse padrão de comércio intraindústria foram: XI (Matérias têxteis), em 1997 e 1999; XVI (Máquinas e aparelhos, material elétrico), em 1999.

Tabela 5: Índice desagregado de comércio intraindústria por seção da NCM, para o Rio Grande do Sul, de 1996 a 2006.

Table 5: Disaggregated intra-industry trade index by NCM section to Rio Grande do Sul, from 1996 to 2006.

Seções da NCM	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Média
IV - Prod. alimentos, bebidas, fumo	0,096	0,130	0,155	0,044	0,098	0,083	0,078	0,080	0,059	0,057	0,070	0,086
V – Produtos minerais	0,003	0,004	0,010	0,136	0,009	0,016	0,025	0,017	0,034	0,080	0,130	0,042
VI – Prod ind. quím e conexas	0,589	0,670	0,620	0,983	0,726	0,571	0,649	0,648	0,629	0,747	0,676	0,683
VII – Plástico, borracha e suas obras	0,895	0,769	0,771	0,544	0,641	0,776	0,765	0,579	0,618	0,505	0,507	0,670
VIII – Peles couro e peleteria	0,672	0,628	0,590	0,680	0,652	0,647	0,449	0,427	0,396	0,325	0,282	0,523
IX – Madeira, cortiça e suas obras	0,562	0,724	0,648	0,067	0,431	0,350	0,266	0,287	0,319	0,343	0,374	0,397
X – Pasta de madeira, papel	0,783	0,857	0,991	0,282	0,601	0,736	0,729	0,660	0,669	0,695	0,709	0,701
XI – Materiais têxteis e suas obras	0,600	0,497	0,559	0,250	0,711	0,724	0,894	0,943	0,881	0,923	0,853	0,712
XII – Calçados, chapéus etc	0,039	0,036	0,030	0,291	0,012	0,012	0,015	0,012	0,016	0,027	0,027	0,047
XV – Metais comuns e suas obras	0,707	0,834	0,945	0,746	0,806	0,885	0,884	0,868	0,843	0,815	0,888	0,838
XVI – Maq. e aparelho, mat. elétrico	0,958	0,822	0,699	0,140	0,841	0,726	0,895	0,977	0,881	0,959	0,962	0,805
XVII – Material de transporte	0,593	0,643	0,633	0,297	0,761	0,767	0,510	0,432	0,322	0,680	0,897	0,594
Indústria	0,716	0,753	0,875	0,778	0,877	0,998	0,797	0,799	0,825	0,883	0,958	0,842

Fonte: Sistema AliceWeb/SECEX (Brasil, s.d.). Elaborado pelos autores deste artigo.

Tabela 6: Índice desagregado de comércio intraindústria, por capítulos e seções, para o Rio Grande do Sul, de 1996 a 2006.

Table 6: Disaggregated intra-industry trade index by NCM section and chapter to Rio Grande do Sul, from 1996 to 2006.

Capítulo/Descrição	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Média
18 Cacao e suas preparações	0,91	0,85	0,62	0,69	0,03	0,24	0,54	0,34	0,46	0,06	0,51	0,48
20 Preparações de produtos hortícolas, de frutas etc.	0,70	0,56	0,72	0,57	0,35	0,43	0,40	0,25	0,23	0,28	0,39	0,44
22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	0,91	0,91	0,73	0,93	0,62	0,48	0,28	0,28	0,30	0,39	0,56	0,58
24 Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	0,03	0,08	0,06	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04	0,02	0,02	0,04	0,04
31 Adubos ou fertilizantes	0,30	0,35	0,26	0,59	0,22	0,20	0,21	0,19	0,27	0,27	0,24	0,28
32 Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados etc.	0,95	0,96	0,98	0,91	0,93	0,95	0,99	0,98	0,94	0,95	0,93	0,95
39 Plástico e suas obras	0,91	0,73	0,71	0,42	0,53	0,69	0,72	0,45	0,45	0,32	0,29	0,57
40 Borracha e suas obras	0,88	0,85	0,90	0,94	0,92	0,95	0,84	0,82	0,93	0,89	0,97	0,90
41 Peles, exceto a peleteria (peles com pelo) e couros	0,72	0,66	0,63	0,63	0,71	0,69	0,48	0,47	0,44	0,35	0,29	0,55
44 Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	0,55	0,71	0,63	0,06	0,41	0,30	0,23	0,26	0,30	0,31	0,34	0,37
80 Estanho e suas obras	0,95	0,73	0,00	0,37	0,20	0,36	0,33	0,03	0,00	0,00	0,00	0,27
82 Ferramentas, artefatos de cutelaria, metais comuns	0,24	0,30	0,29	0,84	0,29	0,44	0,27	0,30	0,28	0,24	0,29	0,34
83 Obras diversas de metais comuns	0,79	0,62	0,51	0,16	0,76	0,78	0,74	0,73	0,57	0,86	0,70	0,66
84 Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos	0,97	0,83	0,68	0,18	0,84	0,51	0,89	0,99	0,85	0,93	0,97	0,79
85 Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes etc.	0,91	0,76	0,80	0,06	0,85	0,99	0,90	0,92	0,99	0,94	0,95	0,82
87 Veículos automóveis, tratores suas partes/acessórios	0,54	0,59	0,64	0,31	0,73	0,75	0,50	0,43	0,32	0,67	0,90	0,58
88 Aeronaves e outros aparelhos aéreos e suas partes	0,22	0,26	0,21	0,00	0,26	0,15	0,76	0,99	0,74	0,41	0,75	0,43
89 Embarcações e estruturas flutuantes	0,00	0,13	0,12	0,43	0,62	0,08	0,27	0,94	0,95	0,41	0,62	0,42
Indústria	0,72	0,75	0,88	0,78	0,88	1,00	0,80	0,80	0,82	0,88	0,96	0,84

Fonte: Sistema AliceWeb/SECEX (Brasil, s.d.). Elaborado pelos autores deste artigo.

Na seção IV, os capítulos 18 e 20 (Cacau e suas preparações; preparações de produtos hortícolas, de frutas etc.) apresentaram padrão intraindustrial, de 1996 a 1999, entretanto, o capítulo 18 voltou a apresentar padrão intraindustrial em 2006. O capítulo 22 (Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres), de composição intraindustrial, em média, 58% no período estudado, apresentou padrão mais próximo do intraindustrial, de 1996 a 2000, e interindustrial, de 2001 a 2005. Já o capítulo 24 (Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados) se constitui por fluxos comerciais eminentemente explicados pelo padrão interindústria de comércio (Tabela 6).

Na seção VI, o capítulo 31 (Adubos ou fertilizantes) teve seus fluxos comerciais interindustriais 28,60%, em média; mostrou composição intraindústria superior a 50% somente em 1999. O capítulo 32 (Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados) obteve, em média, padrão intraindústria de 95,40% no período, e os índices indicaram padrão intraindústria com valores entre 90,09% e 99,50%, por todo o período. Na seção VII, o capítulo 39 (Plásticos e suas obras) foi composto por intraindústria, com média 59,30%, e índices de 53,40% a 90,50%, que evidenciaram padrão intrasetorial, de 1996 a 2002, exceto em 1999; já a partir de 2003, apresentaram padrão interindústria, com índices de 32,30% a 45%. O capítulo 40 (Borracha e suas obras) apresentou inserção externa 89,10%, em média, intraindustrial, de modo que apresentou esse padrão em todo o período analisado (Tabela 6).

Na seção VIII, o capítulo 41 (Pele, exceto a peleteria (peles com pelo) e couros) deteve padrão de comércio intraindustrial médio de 57,80% no período como um todo, embora tenha seu índice tenha oscilado em relação a esse valor médio no período em tela, haja vista que de 1996 a 2001, seus índices oscilaram entre 62,70% a 71,90% e, a partir de 2002, decresceram, situando-se entre 34,70% e 48,20%.

Na seção IX, o capítulo 44 (Madeira, carvão vegetal e obras de madeira), com fluxos interindustriais médios em 37,60%, alcançou índices de comércio intraindústria que variaram de 54,60% a 70,80%, de 1996 a 1998; e índices no interindustrial com valores de 6,30% a 40,90% nos demais anos. Na seção XV, o capítulo 80 (Estanho e suas obras) decresceu do padrão intraindustrial para o interindustrial, a partir de 1998. O capítulo 82 (Ferramentas, artefatos de cutelaria, metais comuns) apresentou padrão de comércio interindustrial, exceto em 1999. Ao

contrário, o capítulo 83 (Obras diversas de metais comuns) apresentou fluxo de comércio intraindustrial, exceto em 1999.

Na seção XVI, os capítulos 84 e 85 (Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos; máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes) apresentaram padrão de comércio intraindústria, exceto em 1999. Da seção XVII, o capítulo 87 (Veículos automóveis, tratores suas partes/acessórios), por sua vez, mostraram padrão intraindustrial médio em 54,70% e tiveram seu padrão de trocas comerciais alternado entre inter e intraindústria, devido ao índice inferior a 50%, em 1999, 2003 e 2004. O capítulo 88 (Aeronaves e outros aparelhos aéreos e suas partes) apresentou fluxo de comércio intraindustrial, de 2002 a 2004 e em 2006. Por fim, o capítulo 89 (Embarcações e estruturas flutuantes) apresentou-se com padrão de comércio intraindustrial em 2000, 2003 e 2004 e 2006.

A partir dos resultados expostos, observa-se que a reestruturação produtiva, que deveria resultar em uma pauta de exportações mais intensiva em capital e tecnologia possível, pode ser relativizada no RS. Afinal, os capítulos correspondentes a setores de trabalho intensivos ou baseados em recursos naturais – dotação fatorial – remetem a fluxos comerciais mais próximos do padrão interindustrial, em que se enquadra o agronegócio, para o qual o RS apresentou vantagens comparativas reveladas (vide subseção anterior), indicando manutenção da especialização em setores com menor valor agregado. Esse tipo de resultado é atribuído a países em desenvolvimento, caso se busque amparo na teoria tradicional do comércio.

Tal diagnóstico para o RS se aproxima da hipótese da inserção regressiva, ou melhor, a reprimarização das exportações – elaborada para analisar a forma como a economia brasileira passou a se inserir nos mercados internacionais após o plano Real. Isso significa dizer que há crescente participação dos produtos agrícolas no conjunto das exportações brasileiras ao mesmo tempo em que este processo envolve a perda de competitividade das exportações brasileiras de produtos manufaturados (Gonçalves, 2001).

Não obstante, a partir de 1999, ano da desvalorização cambial, alterou-se o padrão de comércio dos capítulos analisados. Tal fato se repete com a valorização do Real, em 2003. Isso se

exemplifica pelos capítulos 18 e 20 (Cacau e suas preparações; preparações de produtos hortícolas, de frutas etc.), que passaram a apresentar padrão de comércio interindustrial a partir de 1999.

4 Conclusões

Com base nos resultados obtidos, pode-se afirmar que as vantagens comparativas se concentraram em setores mais intensivos em mão de obra e caracterizados como manufaturas de baixo valor agregado, quais sejam: fumo, couro, calçados, estes que, mesmo com as variações cambiais e a concorrência dos produtos chineses, mantiveram um índice de vantagem comparativa revelada em relação ao Brasil, isto é, estável. Portanto, a pauta exportadora desse estado não se deslocou significativamente para setores tecnologicamente intensivos, conforme supunha a estratégia de integração, que deveria ser competitiva dentro dos mercados internacionais, com amparo da abertura comercial e cambial.

As seções IV, VII, VIII e XII (Produtos alimentares, bebidas, fumo; plástico, borracha e suas obras; peles, couro e peleteria; calçados, chapéus etc., respectivamente) detiveram vantagem comparativa revelada na perspectiva do índice formulado por Balassa. Os índices, no agregado por seção, não apresentaram grandes alterações, pois permaneceram estáveis ao longo do período. O que se percebe é que não houve uma diversificação na pauta de exportação de produtos industriais.

Quanto ao comércio intraindústria, as seções VI e VII (Produtos indústria química e conexas; e plástico, borracha e suas obras) se valeram de padrão de comércio intraindustrial durante todo o período. A partir de 2000, as seções XI, XV, XVI e XVII (Materiais têxteis e suas obras; metais comuns e suas obras; e máquinas e aparelhos, material elétrico) passaram a apresentar fluxo de comércio intraindustrial, ou seja, baseado nas hipóteses de diferenciação do produto e nas economias de escala desses setores produtivos. Esses resultados sugerem um aumento de investimentos em tecnologia e inovação.

Os capítulos 32 e 40 (Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados; borracha e suas obras) apresentaram, simultaneamente, vantagem comparativa revelada e padrão de comércio intraindustrial, resultado obtido também pela seção VII. Indústrias relevantes para a economia do estado, como fumo (24) e calçados (64), que possuem grande participação na pauta de exportações e apresentaram vantagem comparativa revelada durante todo o período, evidenciaram padrão de comércio interindustrial. Esse resultado pode ser explicado pelo teorema de Heckscher-Ohlin.

Por fim, a análise agregada da indústria gaúcha mostra que esta obteve vantagem comparativa, em relação à indústria brasileira, próxima de um, passando a apresentar desvantagem a partir de 2001. No entanto, o fluxo comercial dos produtos industriais logrou comércio intraindustrial, em média 83%, no período.

Embora o intercâmbio comercial gaúcho evidencie vantagem competitiva nos setores intensivos em mão de obra, matérias primas, explicados pelo comércio interindustrial, os resultados auferidos pelo índice de comércio intraindústria indicam um amadurecimento da indústria gaúcha. A ocorrência desse tipo de comércio sugere uma indústria que tem investido em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e absorvido mão de obra qualificada etc.

Referências

- AZEVEDO, P. F. 2005. Concorrência no agribusiness. In: D. ZYLBERSZTAJN; M.F. NEVES (org), *Economia & Gestão de Negócios Agroalimentares*. São Paulo, Pioneira Thomson, p. 61-78.
- BALASSA, B. 1965. *Teoria da integração econômica*. Lisboa, Livraria Clássica, 455 p.
- BALASSA, B. 1986. The determinants of intra-industry specialization in United States trade. *Oxf. Econ. Pap.*, **38**:220-233.
- BELLO, T. da S. 2003. As exportações gaúchas no primeiro quadrimestre de 2003. *Indicadores Econômicos FEE*, **31**(2):49-76.
- BELLO, T. da S. 2001. *Desempenho e inserção internacional das exportações do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Documentos FEE, nº 46, 190 p.

BELLUZZO, L.G. 2002. Brasil: um desenvolvimento difícil. In: A.C. CASTRO (org.), Desenvolvimento em debate – Painéis do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Mauad e BNDES, vol. 1, p. 57-72.

BENETTI, M.D. 2004. *Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós-1990*. Porto Alegre, Documentos FEE, nº 61, 174 p.

BRASIL. [s.d.] Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Secretaria do Comércio Exterior. *AliceWeb*. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>, acesso em: 10/09/2007.

CALANDRO, M.L.; CAMPOS, S. H. 2004a. O desempenho da indústria em 1999. *Indicadores Econômicos FEE*, **27**(4):37-58.

CALANDRO, M.L.; CAMPOS, S.H. 2004b. Produção industrial brasileira e gaúcha em 2003: mais um ano de estagnação. *Indicadores Econômicos FEE*, **31**:125-158.

CARNEIRO, R. 2002. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Editora UNESP, IE/UNICAMP, 423 p.

CASTILHOS, C.C.; PASSOS, M.C. 1998. *Indústria Gaúcha: competitividade e inovação*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 233 p.

CHUDNOVSKY, D.; PORTA, F. 1990. *La competitividad internacional: principales cuestiones conceptuales y metodológicas*. Buenos Aires, CENIT.

COUTINHO, L.G.; BELLUZZO, L.G. 1996. Desenvolvimento e estabilidade sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, **7**:129-154.

FIGUEIREDO, A.M.; SANTOS, M.L. dos. 2005. Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comércio mundial da soja. *Revista de Política Agrícola*, **14**(1):9-16.

FRANCO, G.H.B. 1998. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, **18**(3):121-147.

GONÇALVES, R. 2001. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*, 5(edição especial). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/competitividade_internacional_e_integracao_regional_a_hipotesis_da_insercao_regressiva.pdf Acesso em: 09/07/2007.

GRUBEL, H.G.; LLOYD, P.J. 1975. *Intra-industry trade: The theory and measurement of international trade in differentiated products*. London, Macmillan, 205 p.

KREGEL, J.A. 1996. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. *Revista Economia e Sociedade*, **7**:29-49.

LAURSEN, K. 1998. *Revealed comparative advantage and the alternatives as measures of international specialization*. DRUID Working Paper No 98-30.

LINDER, S.B. 1978. Ensaio sobre comércio e transformação. In: J.A.A. SAVASINI, P.S. MALAN; W. BAER (orgs.), *Economia Internacional*. São Paulo, Saraiva, p. 65-88. (Série ANPEC)

MIRANDA, J.C. 2000. *Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ. (mimeografado)

MOREIRA, E.M.; RÜCKERT, I.N. 1996. Políticas monetárias e fiscais: no aguardo de um plano de estabilização econômica. *Indicadores Econômicos FEE*, **24**(1):86-106.

XAVIER SOBRINHO, G.; STERNBERG, S.S.W.; JORNADA, M.I.H. da; SANTOS, S.K. dos; HEREDIA, V.B.; COTANDA, F.C. 2005. *Mercados regionais de trabalho no RS: manifestações da reestruturação produtiva em quatro regiões selecionadas*. Porto Alegre, Documentos FEE, n° 64, 80 p.

VASCONCELOS, C.R.F. 2003. O comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intraindústria. *Revista Brasileira de Economia*, **57**(1):283-313.

VASCONCELOS, C.R.F. 2004. Padrão de especialização do comércio exterior do Rio Grande do Sul na década de 1990. *Indicadores Econômicos FEE*, **32**(1):141-172.

VEIGA, P.M.; CARVALHO JÚNIOR, M.C. 2000. *Desempenho exportador do Rio Grande do Sul*. Brasília, Texto Funcex para discussão, n° 150, 64 p.

¹ Esse termo é utilizado para contextualizar um processo de desindustrialização que teria ocorrido após a abertura comercial brasileira nos anos 1990, sobretudo. A defesa da abertura comercial como forma de tornar a indústria nacional mais competitiva se deu com base na constatação de que a falta de concorrência decorrente da elevada proteção tarifária e a excessiva intervenção estatal nos anos do processo de substituição de importações teria gerado uma estrutura produtiva ineficiente e muito pouco diversificada e sem capacidade de inserção internacional competitiva (Franco, 1998; Miranda, 2000). A partir dessa premissa, o modelo neoliberal de desenvolvimento adotado pelo Brasil construiu a seguinte alternativa aquele modelo desenvolvimentista: o crescimento econômico encontraria na concorrência seu núcleo, ou seja, ao se ampliar a concorrência – política de oferta em oposição à política de demanda dos anos de economia fechada – estimular-se-ia a incorporação de novas tecnologias as quais engendrariam aumento da produtividade e do salário real (Belluzzo, 2000). Entretanto, a confiança na concorrência como indutora de rápida transformação da estrutura produtiva herdada da substituição de importações não parece ter se materializado. Afinal, o que se observou foi redução das relações intersetoriais da economia no que se refere às articulações entre os vários ramos produtivos, declínio da importância do mercado interno não ter sido compensada por um aumento da importância do mercado externo, especialização ou perda da densidade das cadeias produtivas nos setores de maior uso intensivo de tecnologia e capital (Carneiro, 2002). Em suma, a reprimarização é um termo usado para indicar um dos principais efeitos da reestruturação produtiva brasileira: os setores intensivos em recursos naturais e trabalho se mantiveram mais diversificados e com inserção externa ampliada, diferentemente dos setores intensivos em capital e tecnologia.

² Para estudo mais acurado consultar: Chudnovsky e Porta (1990) – *La competitividad internacional: principales cuestiones conceptuales y metodológicas*.

³ Mais conhecido por Teoria das Proporções dos Fatores e significa que um país se especializará em exportar bens nos quais utiliza fatores produtivos mais abundantes de modo intensivo.

⁴ No presente trabalho, considera-se comércio intraindústria, quando índice varia de 0,5 a 1, e comércio interindústria, quando varia de 0 a 0,5.

⁵ Nível de agregação de codificação de mercadorias segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul que serve para harmonizar as estatísticas de comércio entre esses países membros, uma vez que o Mercosul se vale da tarifa externa comum (TEC).